

ACTA N.º 1/AG/2025

A 28 de Março de 2025, pelas 09,00 horas, em Luanda, no Hotel Epic Sana, de forma presencial e conforme prévia convocação apensa à presente acta, reuniu a Assembleia Geral Anual da Sociedade Banco Caixa Geral Angola, S.A. – Sociedade Aberta (“Banco” ou BCGA”), com sede na Avenida 4 de Fevereiro, n.º 99, em Luanda, contribuinte fiscal número 5410003705, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o número cento e sessenta e dois de dois mil e dois (162/2002) e com o capital social de sessenta mil milhões de Kwanzas (Kz 60.000.000.000).

Assumiu a presidência da sessão o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Eduardo Vera- Cruz Pinto, estando presentes o Vice-Presidente, Senhor Benjamim Adérito da Silva Mosquito MBakassy e a Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Senhora Marília Makeba Figueira.

Para além dos Accionistas com direito de voto presentes e dos membros da mesa, participaram nos trabalhos desta Assembleia Geral, nos termos dos números 4 e 5 do artigo 399.º da Lei das Sociedades Comerciais:

a) - Membros do Conselho de Administração – os Senhores José Manuel Cerqueira (Presidente), Francisco Ravara Cary (1.º Vice – Presidente), Raquel Rute da Costa David Vunge (2.º Vice – Presidente), Carlos Amaral de Pinho (3.º Vice-Presidente) e os vogais João Manuel de Castro Plácido Pires (Presidente da Comissão Executiva), Miguel Francisco Luís Manuel, Ana Margarida Bravo Seabra, Francisco José Rosado dos Santos, Francisco Manuel dos Reis Luiz de Oliveira da Silva, Manuel Nicolau Pedro Diogo e Helena Monteiro Jardim.

b) - Membros do Conselho Fiscal – os Senhores Nelson Efeingue Bernardo (Presidente), José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues (Vice-Presidente) e o Vogal José Manuel Nunes Liberato.

c) - Representante do Auditor Externo (PricewaterhouseCoopers – PwC), o Senhor Carlos José Rodrigues.

Participaram ainda os Membros da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS), os Senhores Francisco Xavier Soares Albergaria d’Aguiar (Presidente) e José Jaime Agostinho de Sousa Freitas (vogal).

Confirmada que foi a elaboração da lista de presenças, que ficará arquivada junto da presente acta, o Presidente da Mesa cumprimentou os membros dos órgãos sociais, os Accionistas e demais presentes.

De seguida, o Presidente da Mesa lembrou que para o bom funcionamento da sessão seria necessário serem cumpridas as regras constantes da Convocatória, que explicou em breves palavras.

O Presidente da Mesa informou ainda que não tinha permitido a participação de Accionistas por via telemática pelo facto de não ter recebido confirmação de haver condições técnicas plenas para o efeito.

Finalmente, o Presidente da Mesa informou que, desde que a Assembleia Geral não se oponha, permitirá que as seguintes pessoas assistam aos trabalhos por via telemática, mas a partir de uma sala na sede do accionista Caixa Geral de Depósitos, que reúne todas as condições técnicas e de segurança exigidas: o Senhor Carlos José Rodrigues, que é o



Representante do Auditor Externo, o Senhor Francisco Xavier Soares Albergaria d'Aguiar, que é o Presidente da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais, o Senhor Nuno Pena, membro da Direcção de Suporte Corporativo do Accionista Caixa Geral de Depósitos e a Senhora Carmo Caio, membro da Direcção de Suporte Corporativo do Accionista Caixa Geral de Depósitos.

Por outro lado, também marcam presença na sala alguns colaboradores do Banco, que darão o necessário apoio à Mesa e a todos os presentes, bem como os Senhores Mário Nelson Cardoso Maximino e Francisco Marques da Cruz Vieira da Cruz, que estão a apoiar tecnicamente a Mesa nos trabalhos respeitantes a esta reunião e, também, da Senhora Manuela Ferreira e do Senhor Martinho Mosquito.

Não se tendo registado oposição, ficou, assim, confirmada a participação das referidas pessoas por via de meios telemáticos e na sala.

Antes de entrar na Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa informou os Accionistas que a convocatória desta reunião foi publicada no dia 28 de Fevereiro de 2025, tendo decorrido apenas 28 dias até a data da reunião e não os 30 dias do prazo fixado no artigo 397.º n.º 2 da Lei das Sociedades Comerciais, o que foi bem notado pela Comissão do Mercado de Capitais. Esse lapso temporal decorreu do facto de Fevereiro ser mais curto (28 de fevereiro/28 de Março) e da Mesa da Assembleia Geral ter aguardado até ao último momento pela estabilização da Ordem de Trabalhos. Vista e ponderada a questão face ao interesse social (do Banco e dos Accionistas), nomeadamente, a necessidade legal de aprovar as contas de exercício até ao final do mês de março e todos os interessados na vida social e envolvidos na preparação da Assembleia Geral, nomeadamente Accionistas, deslocações, logística, fornecedores da Assembleia, intermediários financeiros com a custódia das acções a já estarem operacionalmente engrenados para o dia 28 de Março de 2025, foi decidido manter a data desta reunião. Esta decisão e a sua fundamentação foram comunicadas à Comissão do Mercado de Capitais, que respondeu não se opondo à realização da reunião, alertando, no entanto, para a contingência de anulabilidade das deliberações. Mais informou o Presidente da Mesa que nenhum Accionista suscitou a questão até à data e está aqui presente e pronta a discutir e deliberar uma vasta maioria representativa do capital social do Banco. Assim, tudo ponderado e de forma a acautelar as situações referidas e a mitigar os seus efeitos, o Presidente da Mesa perguntou aos Accionistas se – atenta a informação prestada – alguém se opunha à realização da Assembleia Geral neste dia 28 de março de 2025 e, não havendo oposição, poderia considerar que estavam todos em condições de participar e de votar todos os pontos inscritos na Convocatória, reconhecendo a esta Assembleia Geral a legitimidade necessária para deliberar como se tivesse sido cumprido o prazo de 30 dias, legalmente fixado.

O Presidente da Mesa perguntou se algum Accionista se opõe a que os trabalhos prossigam nestes termos. Nenhum Accionista manifestou a sua oposição, pelo que os trabalhos tiveram continuidade.

Não tendo havido qualquer oposição à realização da reunião, o Presidente da Mesa considerou estarem reunidas as condições necessárias para iniciar a Assembleia Geral com o consentimento, por vontade expressa, de cada um dos Accionistas para participar e votar na totalidade das deliberações relativas aos pontos constantes na Convocatória.



Prosseguiu o Presidente da Mesa informando os presentes que, salvo a situação acima referida e tratada, foi dado cumprimento aos procedimentos relativos à convocação da Assembleia e ao direito dos Accionistas a informação prévia, tendo os documentos de suporte estado disponíveis numa sala na Sede do Banco e no sítio do Banco, na página dedicada à Assembleia Geral.

De seguida, o Presidente da Mesa informou que estavam presentes ou devidamente representados, naquele momento, 26 Accionistas, detentores de 19.238.493 acções, a que correspondem 19.224 votos, o que significa cerca de 96,19% do capital social, existindo por conseguinte quórum suficiente para reunir e deliberar.

O Presidente da Mesa também referiu aos Accionistas que as votações serão concretizadas através de voto electrónico. O Presidente da Mesa solicitou ao Senhor Sérgio Gaspar, colaborador do Banco, para explicar como o processo se desenrolará e para esclarecer todas as dúvidas que surjam.

Estando todos esclarecidos sobre o sistema de votação e inexistindo qualquer dúvida a esse propósito, o Presidente da Mesa declarou que a Assembleia se encontrava em condições de reunir e deliberar, dando início aos trabalhos com a leitura da agenda de trabalhos.

O Presidente da Mesa explicou que a agenda de trabalhos desta Assembleia foi inicialmente fixada pelo pedido de convocatória apresentado pelo Conselho de Administração, cujos pontos constam da convocatória publicada no Jornal de Angola do dia 28 de Fevereiro de 2025 e nos demais meios de publicidade da informação respeitante a esta Assembleia. Posteriormente, a Accionista Caixa Geral de Depósitos fez uso da faculdade prevista no artigo 398.º da Lei das Sociedades Comerciais e requereu a inclusão de um novo ponto da Ordem de Trabalhos, que corresponde a uma proposta adicional de alteração do Estatuto do Banco, cujo ponto consta do complemento à convocatória publicada no Jornal de Angola do dia 18 de Março de 2025 e, mesmo antes dessa data (desde 14 de Março de 2025), nos demais meios de publicidade da informação respeitante a esta Assembleia.

Assim, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da versão consolidada da Agenda de Trabalhos, informando os presentes que o ponto aditado a requerimento do Accionista Caixa Geral de Depósitos foi integrado como ponto 7.1., dado o ponto 7. ser constituído de matérias da mesma natureza (alterações ao Estatuto):

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2024, incluindo o Relatório de Governo Societário.
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados de 2024.
3. Apreciar o desempenho da administração e fiscalização da Sociedade em 2024.
4. Apreciar a Declaração Anual da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização.
5. Deliberar sobre a proposta da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais relativa ao montante global máximo de remuneração variável relativa ao exercício de 2024, a pagar aos membros dos Órgãos Sociais da sociedade.
6. Deliberar sobre a Política de Avaliação da Adequação para a Selecção dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;

7. Deliberar sobre a alteração do Estatuto do Banco Caixa Geral Angola com a modificação da alínea n) do nº 2 do Art 11º; da alínea o) do nº 2 do Art 11º; do nº 7 do Art. 25º; do nº 5 do Art 26º e do nº 2 do Art 29º e ainda com a inclusão de uma alínea e) no nº 1 do Art 26º;
- 7.1. Deliberar sobre a alteração do Estatuto do Banco Caixa Geral Angola com a modificação do Artigo 16º nº 1, do Artigo 20º nº 1 e do Artigo 25º nº 1.
8. Deliberar sobre a contratação do Auditor Externo para 2025-2028;
9. Deliberar sobre a eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2025-2027;
10. Deliberar sobre a eleição dos membros da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais para o triénio 2025-2027;
11. Deliberar sobre as remunerações e benefícios dos membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2025-2027;
12. Outros assuntos.

Ponto Um (“Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2024, incluindo o Relatório de Governo Societário”)

Ponto Dois (“Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados de 2024”).

Entrando na Agenda de Trabalhos, o Presidente da Mesa anunciou que iria colocar à discussão conjunta o Ponto Um e o Ponto Dois, embora a votação respeitante a cada um dos pontos fosse concretizada em separado.

Mais referiu o Presidente da Mesa que os documentos de suporte foram disponibilizados no dia da publicação da Convocatória, pelo que foi dispensada a sua leitura, sendo as propostas transcritas para a acta.

Proposta para o Ponto Um, a qual foi subscrita pelo Presidente do Conselho de Administração:

“Tendo em consideração as disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração propor a aprovação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2024, de que faz parte integrante o Relatório do Governo Societário, tal como apresentado.”

Proposta para o Ponto Dois, a qual foi subscrita pelo Presidente do Conselho de Administração:

“Tendo em consideração:

- A. As disposições legais e estatutárias;
- B. O estipulado nos estatutos do Banco e a necessidade de garantir uma certa estabilidade no rácio de dividendo a distribuir aos Accionistas;
- C. Que a Reserva Legal mínima obrigatória não está ainda integralmente constituída;
- D. Que o BCGA atingiu no fecho do ano de 2024 um Resultado Líquido do Exercício de 50.104.089.980,82 de Kwanzas (Cinquenta mil, cento e quatro milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oitenta Kwanzas e oitenta e dois cêntimos), conforme o Relatório e Contas a submeter aos Senhores Accionistas;
- E. Que o Fundo de Apoio Social não se encontra devidamente provisionado para fazer face ao seu orçamento de âmbito do compromisso com o apoio social dos colaboradores do Banco para os próximos anos, considerando o histórico;
- F. Que o BCGA continuará a promover e a defender o equilíbrio entre a rentabilidade proporcionada aos Accionistas e a solidez e robustez do banco, no que concerne a

preservação do seu capital e a adequação do seu rácio de solvabilidade ao novo enquadramento legal e numa perspectiva de crescimento.

O Conselho de Administração do Banco propõe:

I.

Nos termos da alínea f) do nº 2 do Art. 71º e da alínea b) no nº 1 do Art. 396º da Lei das Sociedades Comerciais, bem como da alínea a) do nº 2 do Art. 11º e do nº 1 do Art. 28º dos Estatutos do BCGA, que o resultado líquido do exercício, no montante de 50.104.089.980,82 de Kwanzas (Cinquenta mil, cento e quatro milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oitenta Kwanzas e oitenta e dois cêntimos), seja aplicado do seguinte modo:

- a) 10% para Reserva Legal, no montante de 5.010.408.998,08 de Kwanzas;
- b) 49% para dividendos, no montante de 24.551.004.090,60 de Kwanzas;
- c) 40% para incorporação na rubrica “Outras Reservas” do balanço, no montante de 20.041.635.992,33 de Kwanzas;
- d) O restante (1%) para o Fundo de Apoio Social, no montante de 501.040.899,81 de Kwanzas.

II.

Que a cada acção emitida, seja pago o dividendo unitário de 1.227,55 Kwanzas, um valor superior em 36,74%, ao dividendo unitário pago no ano anterior.”

De seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração.

Tomou então a palavra o Presidente do Conselho de Administração. Após saudar todos os presentes, o Presidente do Conselho de Administração realçou os seguintes aspetos da actividade do Banco ao longo do mandato de 2022-2024, que permitiu solidificar a sua posição de referência no sistema financeiro angolano:

- A relação de colaboração mantida entre o Banco e os reguladores Banco Nacional de Angola e a Comissão do Mercado de Capitais;
- O importante marco na história do Banco da admissão à cotação em bolsa em 2022, seguindo de um desempenho reconhecido pelo mercado, nomeadamente com a atribuição, por dois anos consecutivos, do prémio Tchiluanda (melhor performance em bolsa);
- A concretização de uma gestão disciplinada, focada na eficiência, controlo dos custos de estrutura, tendo sido alcançado, em 2024, o maior resultado na história do Banco;
- O alinhamento com as práticas de sustentabilidade, sendo o pioneiro na introdução no mercado angolano de produtos bancários ESG;
- O estabelecimento de uma parceria estratégica com a primeira e maior sociedade distribuidora de valores mobiliários de Angola;
- O investimento na valorização das pessoas que trabalham no Banco como o principal activo, nomeadamente promovendo melhores condições e instituindo um Plano de Poupança e Reforma;



- No plano cultural, valorização da identidade nacional e fortalecimento dos laços históricos entre Angola e Portugal, nomeadamente organizando o festival Caixa Fado;

O Presidente do Conselho de Administração concluiu expressando o seu profundo agradecimento aos Accionistas, pelo apoio e confiança depositados no Banco, e aos restantes membros dos Órgãos Sociais pelo profissionalismo e dedicação com que desempenharam as suas funções.

Antes de dar a palavra ao Presidente da Comissão Executiva, o Presidente da Mesa deu conta aos Accionistas que a Accionista Andreia Machado não se inscreveu a tempo, mas pretendia estar presente na reunião, embora em direito de voto. O Presidente da Mesa não encontra objecções a que tal suceda, tendo perguntado aos Accionistas se alguém se opunha. Não existindo oposições, os trabalhos prosseguiram com a presença da Accionista Andreia Machado.

Tomou, então, a palavra o Presidente da Comissão Executiva, que cumprimentou os membros da Mesa, os Accionistas e os restantes membros dos Órgãos Sociais.

O Presidente da Comissão Executiva começou por evidenciar que, em 2024 o setor bancário começou o ano com muita liquidez e acabou o ano em crise de liquidez, num contexto em que os indexantes do crédito e o rendimento das emissões de dívida pública não acompanharam a inflação e o Kwanza teve alguma variação, acabando, contudo, o ano estável e a valorizar-se ligeiramente face aos mínimos registados, tendo ao longo do ano, depreciado menos que o esperado pelas autoridades monetárias do país. Todo este contexto foi extremamente desafiante para a gestão e para a rentabilidade, tendo, contudo, a gestão sabido ultrapassar as dificuldades.

Prosseguindo, o Presidente da Comissão Executiva referiu que, em 2024, o Banco privilegiou a estabilização da carteira de crédito ao crescimento, considerando o crescimento médio da carteira bruta dos 3 anos anteriores, superior a 103% e os riscos que uma inflação superior a 20% traz para a capacidade dos clientes fazerem face aos juros e ao serviço da dívida em geral, tendo conseguido rentabilizar no mercado monetário interbancário, as disponibilidades e prestar serviço a mais clientes, para atingir os níveis de rentabilidade que as contas que hoje submetemos à vossa aprovação refletem. Mais referiu que, de modo a continuar a manter a confiança do cada vez maior número de clientes, dos Accionistas e do regulador, o Banco investiu em soluções digitais e em formação e implementou regras e normas de trabalho mais exigentes e rigorosas, tendo em vista um melhor conhecimento do cliente, particularmente do que realiza os seus pagamentos ao exterior através do Banco ou que utiliza crédito.

O Presidente da Comissão Executiva também assinalou que, com esta Assembleia, termina um ciclo do planeamento estratégico do Banco (2021-2024) e termina o mandato dos actuais órgãos sociais, tendo feito o seguinte balanço:

- A significativa transformação do Banco, tendo passado a sociedade aberta, cotada em Bolsa de Valores, tendo adotado novos Estatuto, reforçado o modelo de Governo, com supervisão da ação executiva por um Conselho de Administração com Comitês Especializados, de acordo com as boas práticas, quer na diversidade de género quer na estrutura de comando, com separação das funções executivas das de controlo, sendo o Conselho de Administração maioritariamente integrado por administradores não executivos que, com o Conselho Fiscal, controlam estritamente a atividade executiva e o cumprimento das regras de conduta.



- O crescimento em quota de mercado, tendo alcançado o importante marco dos 5%, reforçado os mecanismos para apoiar os clientes a respeitarem as exigências legais no domínio da *compliance*, reestruturado sistemas e equipas, implementado novos canais digitais para servir os clientes, racionalizado a rede de agências tradicionais e investido em agências Kiosk com máquinas de levantamento e de depósito, renovado integralmente a sua infraestrutura de rede de comunicações, mas sempre continuando focado nos seus clientes tradicionais, ou seja em servir as empresas grandes e médias, bem como os particulares com recursos acima da média e, por via dos protocolos com as empresas clientes, servir os respetivos quadros, a quem concede condições especiais.

- O crescimento em mais de 46% nos depósitos e mais de 125% no crédito, aumentando o rácio de transformação (dos depósitos em crédito) de 27,5% para 45,43%; redução do peso dos créditos em mora de 7,9% para 3,9%; redução do peso dos custos de funcionamento no produto bancário de 38,8% para 31,6%; manutenção de uma rentabilidade do capital consistentemente acima dos 30% - tudo em linha com o previsto, apesar do caminho ter sofrido adaptações relativamente ao previsto em face das imposições da conjuntura económica.

- O empenho em divulgar a cultura ESG (defesa de valores Ambientais, Sociais e de Governo empresarial) em Angola, nomeadamente lançando produtos bonificados para aquisição de viaturas com menores emissões de CO2 e para a instalação de painéis solares em habitações e empresas, em como o equipamento dos escritórios do Banco com painéis solares.

- O desenvolvimento da vertente social, com o lançamento de um programa PPR, poupança reforma, totalmente financiado pelo Banco, para pagar um complemento de reforma aos trabalhadores que atinjam essa situação. Mais evidenciou que o Banco dispõe de um Fundo de Apoio Social dirigido para os trabalhadores e suas famílias e que desenvolve várias ações sociais em colaboração com as populações, desde apoio a organizações de solidariedade social à limpeza de espaços públicos, para além de um forte patrocínio a atividades culturais, incluindo o maior prémio literário do país e o Caixa Fado, que muito tem contribuído para o intercâmbio cultural e social entre artistas angolanos e portugueses.

Em suma, o Presidente da Comissão Executiva concluiu que o Banco prima por cumprir elevados padrões de gestão do risco e de *compliance* das transações, iguais aos praticados na Europa do euro, em paralelo com a atenção ao cliente e a personalização do serviço, sendo para tal imprescindível o contributo dos trabalhadores, sem cujo empenho e dedicação não será possível conciliar o respeito pelas regras e a rapidez e qualidade do serviço prestado aos clientes.

A pedido do Presidente da Comissão Executiva, tomou a palavra o Administrador Executivo com o pelouro financeiro, Senhor Francisco José Rosado dos Santos, que salientou os principais aspetos de natureza financeira do exercício de 2024, nomeadamente:

- Referiu que o Banco alcançou os melhores indicadores da sua história ao nível dos capitais próprios, do resultado líquido, comissionamento líquido, rácio de NPL e número de clientes.

- Referiu que o Banco também alcançou indicadores muito relevantes ao nível do produto bancário, custos de estrutura, margem bruta e resultados antes de impostos.




Adicionalmente, do ponto de vista do balanço, detalhou o aumento agregado das disponibilidades, o crescimento do stock de crédito bruto, a estabilidade do passivo e dos recursos de clientes e redução de níveis de concentração.

- Apresentou os principais indicadores da atividade (cost-to-income, ROE, ROA, rácio de transformação geral, cost-to-net assets, rácio de solvabilidade, NPL, EPS, quota de mercado), do balanço e de estrutura (activo líquido, passivo, capital próprio, fundos próprios regulamentares, número de clientes, número de atm's activos, clientes com IB activo, cartões mcx) e do desempenho das acções do Banco no mercado capitais.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, que, depois de saudar todos os presentes, deu nota detalhada da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal para o acompanhamento da actividade do Banco. Notando que se trata o exercício económico que corresponde ao fim do mandato 2022-2024, o Presidente do Conselho Fiscal fez o seguinte balanço:

- Os desafios decorrentes do Banco estar sujeito a um sistema jurídico plurilegislativo, à dinâmica regulatória das entidades de supervisão (Banco Nacional de Angola, o Banco de Portugal, o Banco Central Europeu e a Comissão de Valores Mobiliários de Angola), aos factores decorrentes da política monetária e fiscal e, em geral, ao ambiente macroeconómico de Angola, muito impactado pela geopolítica mundial actual.

- Realçou a capacidade revelada pelo órgão de gestão, os órgãos de estrutura e o capital humano que, juntamente com os Accionistas, demonstraram sentido de missão no sentido do crescimento do Banco e a criação de valor.

- Saudou o auditor externo, com quem foi mantida uma relação permanente, bem como os demais membros do Conselho Fiscal, com realce para o Senhor José Manuel Nunes Liberato, que não vai renovar o seu mandato.

- Deu conta que o Conselho Fiscal, no âmbito das suas funções, realizou um total de 22 reuniões estatutárias, repartidas entre sessões de trabalho com a Comissão Executiva, com as Comissões Delegadas do Conselho de Administração, nomeadamente, a Comissão de Auditoria e Controlo Interno e a Comissão de Riscos, tendo igualmente reunido com as estruturas de Controlo do Banco, as Direcções de Compliance, de Auditoria Interna e a de Gestão de Risco, assim como com o Auditor Externo e com a Direcção de Sistemas de Informação. Explicou, de seguida, que tais reuniões permitiu um melhor domínio das questões mais relevantes da estratégia, dos processos, dos sistemas tecnológicos e das pessoas do Banco, o que foi determinante para uma acção de fiscalização que considera ter sido efectiva e eficaz.

Em face do exposto, o Presidente do Conselho Fiscal explicou que o Conselho Fiscal emitiu o seguinte parecer:

i) O Balanço em 31 de Dezembro de 2024, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações no Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral e as notas anexas às demonstrações financeiras, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, do resultado do período, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 e satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;



- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados, face ao normativo contabilístico adoptado pelo BCGA;
- iii) O Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução do negócio e da situação patrimonial e financeira do Banco, evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis; e,
- v) O Relatório de Governo Societário cumpre com as disposições legais aplicáveis, exigíveis ao Banco, nos termos da legislação mobiliária e financeira em vigor.

Assim, tendo em consideração as informações recebidas da Comissão Executiva e dos Serviços e as conclusões e informações constantes no Relatório do Auditor Independente emitido sem reservas e sem ênfases, o Conselho Fiscal propôs aos Accionistas que:

- i) Seja aprovado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras, incluindo as respetivas notas do Anexo;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados
- iv) Seja aprovado o Relatório do Governo Societário.

Tendo o Presidente da Mesa dado a palavra, dela fez também uso o representante do Auditor Externo (PwC). Depois de saudar os presentes, o Auditor Externo deu algumas explicações sobre o conteúdo do relatório de auditoria, nomeadamente sobre as Matérias Relevantes de Auditoria constantes do mesmo, tendo informado que tinha acompanhado a preparação e fecho das contas, bem como tinha analisado o Relatório de Gestão e o Relatório de Governo Societário relativos ao exercício de 2024, tendo emitido o seu parecer sem reservas ou ênfases, que o Banco disponibilizara a todos os Accionistas.

Foi, então, dada a palavra ao Administrador Executivo com o pelouro financeiro, Senhor Francisco José Rosado dos Santos, que fez uma breve alocução aos fundamentos da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Seguiu-se o período de debate, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra aos Accionistas que o desejassem.

Porque nenhum Accionista pediu a palavra, o Presidente da Mesa declarou encerrado o debate e passou imediatamente à fase da votação.

Postos à votação a proposta e os documentos relativos ao **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos (Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2024, incluindo o Relatório de Governo Societário), a mesma foi concretizada e, após apuramento, a Mesa declarou que os documentos em votação foram aprovados por 19.224 votos a favor, ou seja, por unanimidade dos votos.

Postos à votação a proposta e os documentos relativos ao **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos (Proposta de aplicação de resultados de 2024), a mesma foi concretizada e, após apuramento, a Mesa declarou que os documentos em votação haviam sido aprovados por 19.200 votos a favor e 24 votos de abstenção.



Ponto 3 (“Apreciar o desempenho da administração e fiscalização da Sociedade em 2023”).

Entrando no Ponto Três da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa lembrou que a Mesa recebeu uma proposta dos Accionistas António Mosquito e José Jaime de Agostinho de Sousa Freitas, que esteve à disposição de todos desde a data da convocação da Assembleia. A pedido da Senhora Accionista da Accionista Ana Maria Martins, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da proposta, que de seguida se transcreve.

Proposta para o Ponto Três, a qual foi subscrita pelos Accionistas António Mosquito e José Jaime de Agostinho de Sousa Freitas:

“Considerando que:

- i) Nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 396.º da Lei das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral Anual deverá apreciar o desempenho da administração e da fiscalização da Sociedade;
- ii) O empenho e profissionalismo do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e de cada um dos seus membros, no exercício de 2024, foram decisivos para o desenvolvimento da actividade da Sociedade e o resultado por ela alcançado.

Propõe-se:

Que a Assembleia delibere apreciar positivamente a administração e fiscalização do Banco no exercício de 2024 e atribuir um voto de louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal e a cada um dos seus membros.”

Seguiu-se o período de debate, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra aos Accionistas que o desejassem.

Porque nenhum Accionista pediu a palavra, o Presidente da Mesa declarou encerrado o debate e passou imediatamente à fase da votação.

Posta à votação a proposta relativa ao **Ponto Três** da Ordem de Trabalhos (Apreciar o desempenho da administração e fiscalização da Sociedade em 2023), a mesma foi concretizada e, após apuramento, a Mesa declarou que a proposta a votação foi aprovada por 19.224 votos a favor, ou seja, por unanimidade dos votos.

Ponto 4 (“Apreciar a Declaração Anual da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização”).

Entrando no Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa lembrou que a Declaração Anual referenciada neste Ponto da Ordem de Trabalhos, subscrita pela Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais estivera à disposição de todos desde a data da convocação da assembleia.

Mais referiu que também esteve igualmente à disposição de todos o apenso à referida Declaração Anual, onde se encontra o Parecer subscrito pela Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais sobre a reavaliação da adequação das pessoas que integram o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, para os efeitos do número 6 da Política de Avaliação da Adequação para a Seleção dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais do Banco. Desta forma, foi dispensada a leitura desses documentos.





Avaliação da Adequação para a Selecção dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Banco.

Mais referiu o Presidente da Mesa que essa revisão corresponde uma proposta, a qual estivera à disposição de todos desde a data da convocação da Assembleia, pelo que foi dispensada a sua leitura.

Tendo em conta a extensão da proposta, a mesma não é transcrita para esta acta, ficando arquivada na documentação respeitante a esta Assembleia Geral, sendo dada como reproduzida.

Seguiu-se o período de debate, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra aos Accionistas que o desejassem.

Porque nenhum accionista pediu a palavra o Presidente da Mesa declarou encerrado o debate e passou imediatamente à fase da votação.

Posta à votação a proposta relativa ao **Ponto Seis** da Ordem de Trabalhos (Política de Avaliação da Adequação para a Selecção dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização), a mesma foi concretizada e, após apuramento, a Mesa declarou que foi aprovada por 19.197 votos a favor e 27 votos de abstenção.

Ponto 7 (“Deliberar sobre a alteração do Estatuto do Banco Caixa Geral Angola com a modificação da alínea n) do nº 2 do Art 11º, da alínea o) do nº 2 do Art 11º, do nº 7 do Art 25º, do nº 5 do Art 26º e do nº 2 do Art 29º e ainda com a inclusão de uma alínea e) no nº1 do Art 26º.”).

Ponto 7.1. (“Deliberar sobre a alteração do Estatuto do Banco Caixa Geral Angola com a modificação do Artigo 16º nº 1, do Artigo 20º nº 1 e do Artigo 25º nº 1.”).

O Presidente da Mesa anunciou que iria colocar à discussão conjunta o Ponto 7 e o Ponto 7.1. da Ordem de Trabalhos, dado que ambos dizem respeito à alteração do Estatuto.

O Presidente da Mesa também referiu que, relativamente ao Ponto 7., foi apresentada uma proposta de alteração do Estatuto pelo Conselho de Administração e, no que diz respeito ao Ponto 7.1., foi apresentada uma proposta de alteração do Estatuto pela Accionista Caixa Geral de Depósitos.

O Presidente da Mesa também deu conta aos Accionistas que da proposta de alteração do Estatuto apresentada pela Accionista Caixa Geral de Depósitos consta a alteração de dois artigos que dizem respeito à estrutura de administração do Banco (artigos 16.º n.º 1 e 20.º n.º 1), que necessita de autorização do Banco Nacional de Angola, atendendo ao disposto no artigo 74.º n.º 1 f) do Regime Geral das Instituições Financeiras. Nesse sentido, o Banco requereu a autorização prévia para a alteração de tais artigos, tendo o Banco Nacional de Angola manifestado a sua não oposição, mediante ofício com data de 26 de Março de 2025.

O Presidente da Mesa esclareceu que cada uma das propostas tem por objecto artigos diferentes do Estatuto, pelo que as mesmas não são alternativas. Mais referiu o Presidente da Mesa que o teor das alterações propostas foi disponibilizado previamente aos Accionistas.

O Presidente da Mesa referiu, ainda, que a votação das alterações ao Estatuto será feita artigo a artigo.



Antes da votação de cada um dos artigos, o Presidente da Mesa abriu o debate procedendo à leitura da redação proposta e questionou os Accionistas se pretendiam esclarecer alguma dúvida ou propor uma redacção alternativa. Nenhum Accionista usou da palavra, formulou dúvidas ou propôs redacções alternativas antes da votação de cada um dos artigos.

Posta à votação a modificação do **artigo 11.º n.º 2 n) do Estatuto**, proposta pelo Conselho de Administração, de modo a que o mesmo passe a ter a seguinte redacção: “A aprovação da política de selecção e avaliação da adequação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização”.

Após apuramento, a Mesa declarou que a proposta foi aprovada por 19.203 votos a favor e 21 votos de abstenção.

Posta à votação a modificação do **artigo 11.º n.º 2 o) do Estatuto**, proposta pelo Conselho de Administração, de modo a que o mesmo passe a ter a seguinte redacção: “Fixação da caução obrigatória a prestar pelos membros do Conselho de Administração, que se deverá reger pelos preceitos legais e ser por montante não inferior ao mínimo fixado na Lei”.

Após apuramento, a Mesa declarou que a proposta foi aprovada por 19.224 votos a favor, ou seja, por unanimidade dos votos.

Posta à votação a modificação do **artigo 25.º n.º 7 do Estatuto**, proposta pelo Conselho de Administração, de modo a que o mesmo passe a ter a seguinte redacção: “Cabe ainda à comissão, a avaliação do desempenho e da adequação para o exercício de funções dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, que deverá constar de relatório a apresentar nas Assembleias Gerais de aprovação de contas”.

Após apuramento, a Mesa declarou que a proposta foi aprovada por 19.219 votos a favor e 5 votos contra.

Posta à votação a modificação do **artigo 26.º n.º 5 do Estatuto**, proposta pelo Conselho de Administração, de modo a que o mesmo passe a ter a seguinte redacção: “O Conselho de Administração, no respeito pela lei e pelos regulamentos em vigor, deverá regular em diploma próprio a composição, as competências e as demais questões inerentes aos Comités Especializados”.

Após apuramento, a Mesa declarou que a proposta foi aprovada por 19.220 votos a favor e 4 votos de abstenção.

Posta à votação a modificação do **artigo 29.º n.º 2 do Estatuto**, proposta pelo Conselho de Administração, de modo a que o mesmo passe a ter a seguinte redacção: “Para resolução de quaisquer questões emergentes da sua interpretação, integração e aplicação, na falta de acordo extrajudicial, será competente o Tribunal da Comarca de Luanda”.

Após apuramento, a Mesa declarou que a proposta foi aprovada por 19.199 votos a favor e 25 votos de abstenção.

Posta à votação o aditamento de uma nova alínea ao **artigo 26.º n.º 1 do Estatuto**, que será a alínea e), proposta pelo Conselho de Administração, a qual tem a seguinte redacção: “Comité de Nomeações e Avaliação”.

Após apuramento, a Mesa declarou que a proposta foi aprovada por 19.224 votos a favor, pelo que foi aprovada por unanimidade.



Posta à votação a modificação do **artigo 16.º n.º 1 do Estatuto**, proposta pela Accionista Caixa Geral de Depósitos, de modo a que o mesmo passe a ter a seguinte redacção: “O Conselho de Administração é constituído por um número ímpar de até treze membros, devendo o número de Administradores não Executivos ser superior ao de Administradores Executivos, accionistas ou não, devendo o número de Administradores Independentes não ser inferior ao que a lei ou normas em vigor regularem, eleitos em Assembleia Geral.”

Após apuramento, a Mesa declarou que a proposta foi aprovada por 18.427 votos a favor e 797 votos contra.

Posta à votação a modificação do **artigo 20.º n.º 1 do Estatuto**, proposta pela Accionista Caixa Geral de Depósitos, de modo a que o mesmo passe a ter a seguinte redacção: “A Comissão Executiva, eleita pela Assembleia Geral, é composta por um número ímpar de até cinco Administradores, sendo que o respectivo Presidente é designado pela Assembleia Geral, que pode designar um Vice-Presidente que substitui o Presidente em caso de falta ou impedimento.”

Após apuramento, a Mesa declarou que a proposta foi aprovada por 18.331 votos a favor e 893 votos contra.

Posta à votação a modificação do **artigo 25.º n.º 1 do Estatuto**, proposta pela Accionista Caixa Geral de Depósitos, de modo a que o mesmo passe a ter a seguinte redacção: “A Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais é composta por três accionistas eleitos pela Assembleia Geral, a quem compete ainda escolher o Presidente, podendo os accionistas desempenhar o cargo directamente ou indicar um seu representante”.

Após apuramento, a Mesa declarou que a proposta foi aprovada por 19.224 votos a favor, pelo que foi aprovada por unanimidade.

Pelas 11,05 horas, o Presidente da Mesa propôs fazer uma pausa nos trabalhos durante 20 minutos, não tendo existido oposição dos Accionistas. Os trabalhos foram retomados pelas 11,30 horas.

O Presidente da Mesa referiu que, aquando da retoma dos trabalhos, um Accionista que estava presente teve de se ausentar e deixou de participar na reunião. Em contraposição, compareceu o representante de um outro Accionista que estava devidamente credenciado, mas que não esteve presente na primeira parte da reunião. Assim, a partir desse momento, a Assembleia continuou a ter 26 Accionistas, detentores de 19.335.222 acções, a que correspondem 19.320 votos, o que significa cerca de 96,68% do capital social, existindo por conseguinte quórum suficiente para reunir e deliberar.

Ponto 8 (“Deliberar sobre a contratação do Auditor Externo para 2025-2028”).

Entrando no Ponto 8 da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu conta que a Mesa recebeu uma proposta apresentada pelo Conselho Fiscal para a eleição do Auditor Externo do Banco para o triénio 2025-2028, a qual é do conhecimento de todos, dado que esteve à disposição de todos desde a data da convocação da Assembleia, pelo que foi dispensada a sua leitura, sendo a mesma transcrita para a acta.

Proposta para o Ponto Oito, a qual foi subscrita pelo Conselho Fiscal:

“Proposta do Conselho Fiscal de contratação de Auditor Externo para o Banco Caixa Geral de Angola (BCGA) – quadriénio 2025-2028



Introdução

1. A presente Proposta é elaborada, no âmbito das funções previstas para o Conselho Fiscal, nomeadamente na legislação comercial, nos Estatutos do BCGA, no nº 1 do artigo 5º do Aviso 12/2023 de 4 de Dezembro do Banco Nacional de Angola (BNA) e no nº 16 do artigo 5º do Regulamento do Conselho Fiscal.
O Conselho fiscal teve ainda em atenção o cumprimento da Política Corporativa de contratação do Auditor Externo.

Âmbito da Intervenção do Conselho Fiscal

2. Participação na preparação do Caderno de Encargos para o lançamento do concurso tendente à selecção do Auditor Externo;
3. Participação no lançamento do processo publico de selecção, de acordo com as orientações estabelecidas no número 9 da Política, tendo sido convidadas entidades inscritas no OCPCA Ordem dos contabilistas e Peritos contabilistas de Angola e registadas na CMC – Comissão do Mercado de Capitais de Angola, designadamente, Audiconta, Deloitte, Ernst & Young, KPMG, Soares & Nunes, Bakertelly, UHY e C&S_Assurance and Advisory;
4. Participação no processo de escolha das quatro empresas respondentes (Audiconta, Deloitte, Ernst & Young, e C&S_Assurance and Advisory), tendo por base a aplicação dos critérios de selecção definidos no concurso;
5. Apreciação do parecer favorável emitido pelo Comité de Auditoria e Controlo Interno (CACI) do BCGA, quanto à proposta de contratação do auditor externo seleccionado;
6. Deliberação sobre a escolha do Auditor Externo a propor para deliberação em Assembleia Geral, considerando-a como a opção técnica e financeiramente mais vantajosa para o BCGA.

Responsabilidades e âmbito

7. Compete à Assembleia Geral (AG) do Banco a designação dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e do Auditor Externo.
8. É da responsabilidade do Conselho Fiscal a apresentação à AG da proposta para a designação do Auditor Externo do Banco e respectivo mandato.

Proposta

9. Considerando a informação disponibilizada no processo de contratação, que incluiu o parecer favorável do Comité de Auditoria e Controlo Interno (CACI) do BCGA, os requisitos de contratação, as condições técnicas e financeiras apresentadas pelos candidatos respondentes, o Conselho Fiscal procedeu à selecção como Auditor Externo para o mandato 2025-2028 da sociedade Ernst & Young Angola - LDA, por considerar que esta entidade apresenta a melhor proposta em termos técnicos e financeiros, face ao requerido pelo BCGA;
10. Foram verificados os requisitos de independência da sociedade de auditoria seleccionada no processo e que se propõe apresentar para deliberação;

Neste sentido, o Conselho Fiscal propõe à Assembleia Geral do BCGA que seja designada como Auditor Externo para o mandato 2025-2028, a sociedade Ernst & Young Angola-Lda., com sede no Presidente Business Center – Largo 17 de Setembro, 4 Luanda.”

Seguiu-se o período de debate, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra aos Accionistas que o desejassem.

Porque nenhum Accionista pediu a palavra o Presidente da Mesa declarou encerrado o debate e passou imediatamente à fase da votação.

Posta à votação da Proposta relativa ao **Ponto Oito** da Ordem de Trabalhos, a mesma foi concretizada e, após apuramento, a Mesa declarou que foi aprovada por 19.320 votos a favor, ou seja, por unanimidade.

Ponto 9 (“Deliberar sobre a eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2025-2027”).

Ponto 10 (“Deliberar sobre a eleição dos membros da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais para o triénio 2025-2027”).

Seguidamente, o Presidente da Mesa anunciou que iria colocar à discussão conjunta o Ponto Nove e o Ponto Dez da Ordem de Trabalhos, embora a votação de cada um fosse concretizada em separado. Na verdade, o Presidente da Mesa informou que a Mesa recebeu uma proposta apresentada pela Accionista Caixa Geral de Depósitos que engloba os dois pontos, a qual é do conhecimento de todos, dado que esteve à disposição de todos desde a data da convocação da Assembleia. Mais referiu o Presidente da Mesa que os documentos de suporte a esta proposta também foram previamente disponibilizados.

Adicionalmente, o Presidente da Mesa lembrou que, como é sabido e conforme prescrevem os artigos 59.º e seguintes do Regime Geral das Instituições Financeiras, a adequação dos membros dos órgãos sociais de uma instituição financeira bancária deve ser avaliada, em primeira linha, pelo próprio Banco (neste caso, mediante relatório da Comissão de Remuneração dos Órgãos Sociais) e, posteriormente, pelo Banco Nacional de Angola.

Mais referiu que a Comissão de Remuneração dos Órgãos Sociais produziu os relatórios de avaliação individual e colectiva dos diversos órgãos propostos, tendo concluído com a opinião de que o Conselho de Administração proposto cumpre, individual e colectivamente, os requisitos necessários para gerir uma instituição com a relevância do Banco no sistema financeiro de Angola.

Em face do exposto, a entrada em funções dos membros de órgãos sociais que venham a ser designados estará sempre sujeita à aprovação prévia do Banco Nacional de Angola e, até que o Banco seja notificado dessa eventual aprovação, manter-se-ão em funções os actuais membros dos órgãos sociais.

De seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura da **Proposta** subscrita pela Accionista Caixa Geral de Depósitos **para os Pontos Nove e Dez** da Ordem de Trabalhos, a qual tem o seguinte teor:

“Considerando o ponto 9 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral do Banco Caixa Geral Angola, S.A. (BCGA) convocada para dia 28 de Março de 2025, vem pela presente a Caixa Geral de Depósitos, na qualidade de Accionista, apresentar a seguinte proposta relativa de membros dos Órgãos Sociais do BCGA para o triénio 2025-2027:

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Eduardo Vera-Cruz Pinto
- Vice-Presidente: Henriques Francisco Ngolome
- Secretário: Sérgio Ivando Pacavira Gaspar

Conselho de Administração

- Presidente: Patrício Bicudo Vilar



- 1º Vice-Presidente: Francisco Ravara Cary
- 2º Vice-Presidente: Amadeu de Jesus Castelhana Maurício
- 3º Vice-Presidente: Miguel Francisco Luís Manuel
- Vogal (administrador independente designado em conformidade com o artigo 7.º n.º 4 do Estatuto do Banco): Conceição Vaz Pedro
- Vogal: Maria Manuela Martins Ferreira (Presidente da Comissão Executiva)
- Vogal: Francisco Manuel dos Reis Luiz Oliveira da Silva (Vice-Presidente da Comissão Executiva)
- Vogal: Francisco José Rosado dos Santos (Vogal Executivo)
- Vogal: Filomena Maria Pedro (Vogal Executivo)
- Vogal: Ana Margarida Bravo Seabra (Vogal Executivo)
- Vogal: Martinho Tulumba Mosquito

Conselho Fiscal

- Presidente: Nelson Efeingue Bernardo
- Vogal Efetivo: José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
- Vogal Efetivo: Benjamim Adérito da Silva Mosquito M'Bakassy
- Vogal Suplente: Helena Monteiro Jardim

Adicionalmente, tendo por referência o ponto 10 da Ordem de Trabalhos da mesma Assembleia Geral, tendo os membros da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS) terminado o seu mandato, vem a Accionista CGD apresentar a seguinte proposta de membros da CROS para o triénio 2025-2027:

- Presidente: Caixa Geral de Depósitos, representada pelo Diretor de Recursos Humanos, Francisco Xavier Soares Albergaria Aguiar
- Vogal: José Jaime Agostinho de Sousa Freitas
- Vogal: Álvaro José Barrigas do Nascimento, em representação do Accionista António Mosquito.”

Mais referiu o Presidente da Mesa que chegaram à Mesa as seguintes propostas de alteração às suas propostas iniciais, apresentadas pela Accionista Caixa Geral de Depósitos:

Proposta de aditamento respeitante ao Ponto Nove: “Tendo em consideração que o n.º 2 do artigo 22.º do Estatuto do Banco Caixa Geral Angola, S.A. estabelece que *“os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, a quem compete ainda escolher o Presidente e Vice-Presidente”*, a Caixa Geral de Depósitos propõe que seja nomeado como Vice-Presidente do Conselho Fiscal o Professor Dr. José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues, em aditamento à proposta apresentada à Assembleia Geral”.

Proposta de aditamento respeitante ao Ponto 10: “Estando previsto no n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto do Banco Caixa Geral Angola, S.A. que *“a Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais é composto por três accionistas eleitos pela Assembleia Geral, a quem compete ainda escolher o Presidente, podendo os accionistas desempenhar o cargo*

directamente ou indicar um seu representante”, vem a Caixa Geral de Depósitos propor, em aditamento à proposta apresentada no Ponto 10 da Assembleia Geral: Presidente: Caixa Geral de Depósitos, S.A.; Vogal: José Jaime Agostinho de Sousa Freitas; Vogal: António Mosquito.”

Seguiu-se o período de debate, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra aos Accionistas que o desejassem.

Tomou a palavra a Accionista Ana Maria Cardoso Policarpo Gaspar Martins, que questionou a origem e os critérios de subjacentes às propostas apresentadas.

Tomou a palavra o Accionista João Kipipa, que questionou o critério de alteração dos membros dos órgãos sociais, dada a boa situação do Banco que é revelada pelos resultados apresentados e demonstrados nesta Assembleia.

Tomou a palavra o representante da Accionista Caixa Geral de Depósitos, que esclareceu as rectificações às propostas iniciais.

Tomou a palavra o Accionista João Plácido Pires, que desempenha a função de Presidente da Comissão Executiva, que esclareceu que a sua saída se deve essencialmente à sua vontade, atendendo à sua idade (75 anos).

Tomou novamente palavra a Accionista Ana Maria Cardoso Policarpo Gaspar Martins, que insistiu em saber quais são os critérios subjacentes à selecção das pessoas propostas, agradecendo e louvando a explicação prestada pelo Accionista João Plácido Pires.

Tomou novamente a palavra o representante da Accionista Caixa Geral de Depósitos, que aludiu à política aprovada no Ponto Seis da Ordem de Trabalhos. Também referiu que existiu uma preocupação de cumprir a lei, tendo sido divulgada previamente a informação respeitante a cada um dos candidatos, tendo detalhado os critérios individuais e coletivos decorrentes da referida política.

O Presidente da Mesa voltou a questionar os Accionistas sobre se mais alguém queria usar da palavra. Porque nenhum Accionista pediu a palavra o Presidente da Mesa declarou encerrado o debate e passou imediatamente à fase da votação.

Posta à votação da Proposta relativa ao **Ponto Nove** da Ordem de Trabalhos (eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2025-2027), conforme acima aditada, a mesma foi concretizada e, após apuramento, a Mesa declarou que foi aprovada por 18.926 votos a favor, 1 voto de abstenção, 393 votos contra.

Atendendo a que a entrada em função dos membros dos órgãos sociais está sujeita a autorização prévia do Banco Nacional de Angola, o Presidente da Mesa lembrou que a eleição fica condicionada à recepção de tal autorização, mantendo-se em funções, até essa data, os actuais membros dos órgãos sociais.

Posta à votação da Proposta relativa ao **Ponto Dez** da Ordem de Trabalhos (eleição dos membros da Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais para o triénio 2025-2027), a mesma foi concretizada e, após apuramento, a Mesa declarou que foi aprovada por 19.316 votos a favor, 1 voto de abstenção e 3 votos contra.

Ponto 11 (“Deliberar sobre as remunerações e benefícios dos membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2025-2027”).



Entrando no Ponto Onze da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa lembrou que a Mesa recebeu uma Proposta de Alteração das Remunerações dos Órgãos Sociais, apresentada pela Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais, a qual esteve à disposição de todos desde a data da convocação da Assembleia, cuja leitura foi dispensada.

Tendo em conta a extensão da proposta, a mesma não é transcrita para esta acta, ficando arquivada na documentação respeitante a esta Assembleia Geral, sendo dada como reproduzida.

Seguiu-se o período de debate, tendo o Presidente da Mesa dado a palavra aos Accionistas que o desejassem.

Porque nenhum accionista pediu a palavra o Presidente da Mesa declarou encerrado o debate e passou imediatamente à fase da votação.

Posta à votação da Proposta relativa ao **Ponto Onze** da Ordem de Trabalhos (remunerações e benefícios dos membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2025-2027), a mesma foi concretizada e, após apuramento, a Mesa declarou que foi aprovada por 19.119 votos a favor, 196 votos de abstenção e 5 votos contra.

Ponto 12 (“Outros assuntos”).

Posto à discussão o Ponto Doze da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa referiu que este se trata de um momento sem natureza deliberativa e que poderia ser utilizado pelos Accionistas e/ou pelos membros dos órgãos sociais transmitirem ou tomarem posição relativamente a algum aspecto do interesse do Banco e que não esteja compreendido nos restantes pontos da Ordem de Trabalhos.

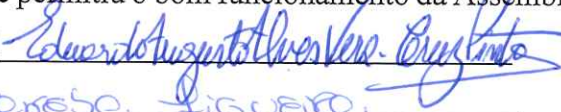
Como ninguém pediu a palavra, foi esgotada a ordem de trabalhos pelas 11,20 horas, o Presidente da Mesa declarou então suspensa a Assembleia durante cerca de 15 minutos, para que fosse lavrada a presente acta.

Reabertos os trabalhos pelas 11,45 horas, o Presidente da Mesa referiu que a Accionista Ana Maria Cardoso Policarpo Gaspar Martins teve de se ausentar, tendo conferido poderes ao Accionista João Almeida Neto para aprovar a acta. Mais referiu que o representante do Accionista Fundo de Pensões da Sonangol (Senhor Mário Adérito) também se teve de ausentar, tendo conferido poderes a Francisco Marques da Cruz Vieira da Cruz para aprovar a acta.

O Presidente da Mesa também leu um resumo da presente acta à medida que ia explicando o seu conteúdo. Tendo sido perguntado aos Accionistas se pretendiam algum esclarecimento sobre o conteúdo da acta. Não tendo sido solicitado qualquer esclarecimento, a presente acta foi colocada à votação, a qual foi aprovada por maioria dos votos, com 5 abstenções, pelo que vai ser assinada, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do contrato da sociedade, pelo seu Presidente da Mesa e por mim Secretário, para que faça fé.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, agradeceu a participação dos Accionistas e dos membros dos órgãos e corpos sociais e todo o apoio recebido dos colaboradores do Banco, que permitiu o bom funcionamento da Assembleia.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Secretário da Mesa



Reb
Eduardo Augusto Alves
Vera Cruz Pinto. —

e certifico que foi feita a leitura e a qualidade em que
foi feita por...

01 de Abril de 2025

Conta N.º 52 / 1135
04/04/2025

Reb
de Tabela Tabela Ligeira

e certifico que foi feita a leitura e a qualidade em que
foi feita por...

01 de Abril de 2025

Conta N.º 52 / 1135
04/04/2025